

***Almanaque* (1959-1961):
Entre a sátira e a crítica social no Portugal de Salazar**

***Almanaque* (1959-1961):
Between satire and social criticism in Salazar's Portugal**

https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_4

José Guilherme Victorino
Universidade Autónoma de Lisboa
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS20
jvictorino@autonoma.pt

Resumo

Publicação de características ímpares em Portugal, surgida num período conturbado do salazarismo, a efémera revista *Almanaque*, apesar de tolerada pelo aparelho censório, não deixou de correr riscos em resultado de determinados conteúdos, jornalistas e outras personalidades que nela colaboraram. Com um pendor oposicionista, tendencialmente escamoteado, mas regular, por vezes bem evidenciado, destina-se este estudo ao aprofundamento de algumas dominantes editoriais que caracterizaram a revista, vide na sua dimensão satírica e de crítica social, bem como na sua correlação com outros *media* da época. A pesquisa baseou-se na análise de periódicos, documentação de arquivo e bibliografia vária.

Palavras-chave

jornalismo; censura; sátira; oposição; salazarismo

Abstract

The short-lived magazine *Almanaque* had unique characteristics in Portugal and emerged in a troubled period of Salazar's regime. Despite being tolerated by the censorship apparatus, it took risks as a result of some of its contents, journalists, and other personalities who collaborated in it. *Almanaque* had a regular oppositional penchant that was often veiled but sometimes quite evident. This study intends to deepen some of the dominant editorials that characterized the magazine, in addition to the existing academic studies, regarding its satirical and social critical dimension, and its correlation with other media of the time. The research was based on the analysis of periodicals, archival documentation and various bibliography.

Keywords

journalism; censorship; satire; opposition; salazar's regime

Introdução

O primeiro número da *Almanaque* foi publicado em outubro de 1959 e o último em maio de 1961, num total de 18 volumes. Com caráter mensal e bimensal, apresentou uma série única, não numerada, e a indicação de tiragem de 15 mil exemplares ao preço de 15 escudos. Apresentando como “Diretor” J. A. de Figueiredo Magalhães, e como “Orientador gráfico” Sebastião Rodrigues, esta revista foi na prática dirigida por José Cardoso Pires, apesar do seu nome, por motivos políticos, nunca ter sido mencionado na respetiva ficha técnica¹.

Para além da sua atividade de jornalista, José Cardoso Pires (1925–1998) era na altura já um destacado escritor e dramaturgo (*O Anjo Acorado*, 1958, *Cartilha do Marialva*, 1960, *O Render dos Heróis*, 1960). “Cronologicamente ligado à geração neorealista, com a qual partilhou preocupações sociais e resistência à ditadura”, este autor viu proibida a “Coleção Horizonte”, em 1951, onde figuravam, entre outros, Fernando Namora e Vergílio Ferreira, tendo a Direção dos Serviços de Censura (doravante DSC), apreendido o seu livro *Histórias de Amor* no ano seguinte (“José Cardoso Pires”, 2018). Apesar da sua ligação ao Partido Comunista, “onde militava há vários anos” (“José Cardoso Pires”, 2021), foram, todavia, lacónicos no seu caso, os seguintes registos da PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado) — em setembro de 1959: “É colaborador dos jornais «Século», «Diário Popular» e «Século Ilustrado». Moralmente nada se apurou em seu desabono. Politicamente é desafecto à actual situação”, e em julho de 1960: “Quando do último período eleitoral mostrou-se bastante interessado a favor do candidato oposicionista pelo que fez propaganda juntamente com outros elementos do revirinho. Depois disso nada mais consta em seu desabono”². Perante este quadro, cremos encontrar-se assim justificado o facto de, na presente pesquisa, a primeira referência pública à efetiva direção da *Almanaque*, por Cardoso Pires, ter surgido somente três anos após a revista ter sido descontinuada³.

Afinidades atlânticas

São diversos os indícios que apontam para a probabilidade de *Almanaque* ter sido inspirada no modelo da revista brasileira *Senhor*, dirigida por Nahum Sirostki, cujo primeiro número saiu em março de 1959, ou seja, sete meses antes da sua congénere portuguesa. Independentemente doutros fatores de maior relevância, que adiante se apontam, são factuais os detalhes que se podem observar, caso de designações idênticas de conteúdos, *vide* entre o artigo da *Senhor*, anónimo, “A infidelidade ao alcance de todos” (1959, pp. 70–71) e o artigo, também anónimo, na *Almanaque*, no mês seguinte, “O snobismo ao alcance de todos” (1959, pp. 104–109). Acrescente-se, em ambos os casos, a composição gráfica de conteúdos, coerentes com uma se-

¹ “Dirigi a *Almanaque*, que provocou bastante polémica (...). Mas eu aí escrevia pouco, muito pouco mesmo” (Azevedo, 1999, p. 111).

² ANTT/PIDE, SC, BOL, 95287, UI 8024.

³ Em entrevista a Edite Soeiro, na revista feminina *Eva*, referindo que “sem a experiência de redator”, nesse periódico, “nunca poderia ter montado a equipa do *Almanaque*” (Soeiro, 1964).

mântica visual muito criativa e inovadora para a época. Como observou José Bártolo, a capa de Sebastião Rodrigues (1929–1997), para o número de março de 1960, da *Almanaque*, “parece citar (...), com as pedras da calçada a compor uma paisagem gráfica” (ex. na Figura 1), a capa do 1.º número da *Senhor*, de março de 1959, por Glauco Rodrigues (1929–2004), (ex. na Figura 2), (Bártolo, 2015).

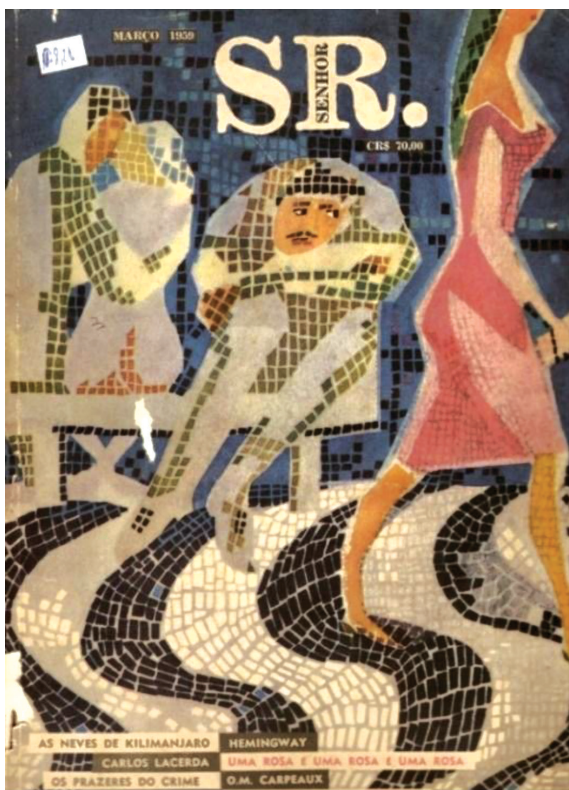
Figura 1



Fonte: *Almanaque*, março de 1960, capa
Créditos: Sebastião Rodrigues; Hemeroteca Municipal de Lisboa

Focando um “público específico”, a *Senhor*, tal como a *Almanaque*, era dirigida “ao homem urbano, intelectualizado, de alto poder aquisitivo”, revista que “pautava o que seu leitor devia saber sobre o mundo e o seu país e também como se devia comportar para estar à altura de seu tempo.” (A revista *Senhor*, 2015). Mais arrojada que a *Almanaque*, marcando o clima de abertura proporcionado durante o período da presidência do Brasil por Juscelino Kubitschek, também na *Senhor*, “entre a Guerra Fria e a arte moderna havia ainda espaço para textos e *cartoons* humorísticos, matérias sobre moda masculina (...), ensaios fotográficos com modelos femininas” (A revista *Senhor*, 2015), outros pontos de contacto, em suma, no espírito e na forma, que emergem em ambas as revistas.

Figura 2



Fonte: *Senhor*, março de 1959, capa
Créditos: Glauco Rodrigues

Publicada entre março de 1959 e julho de 1961, foi devido a conteúdos abertamente hostis a Salazar, que a *Senhor* foi alvo de, pelo menos, três autos de proibição de circulação em Portugal e de um de apreensão, por parte da DSC⁴, sendo que o primeiro se refere ao número em foi publicado o artigo do jornalista e escritor brasileiro Fernando Sabino (1923–2004), “Réquiem para o dono de Portugal”. No mesmo podia ler-se: “As revistas brasileiras chegam ao leitor português muitas vezes com as páginas arrancadas — mas não raro se esquecem de arrancar o índice e é o bastante para o povo saber que o brasileiro continua sofrendo com ele a sua desdita” (Sabino, 1959a p. 21)⁵.

Mas, objetivo prioritário na presente análise, refira-se que no decorrer do último semestre de 1960, também José Cardoso Pires viria a colaborar na *Senhor*, em consequência, segundo o próprio, de “no começo duma vaga de prisões de

⁴ ANTT/SNI-DSC/14/2.

⁵ Artigo igualmente publicado no mensário *Portugal Democrático*, órgão mais destacado da oposição portuguesa no Brasil naquele período (Sabino, 1959b).

intelectuais” se ter retirado da *Almanaque* “e de tudo o mais, numa fuga, mais ou menos, discreta”, acrescentando: “Colaborador, mas secreto, assinando sob pseudónimo, porque guardava a esperança de poder voltar a Portugal logo que houvesse uma daquelas marés de bonança que sucediam aos vendavais do salazarismo” (Pires & Portela citado em Campino, 2018 p. 3)⁶. Tendo seguido para Londres, depois para Paris, foi durante a sua estadia no Rio de Janeiro (“estive lá cinco ou seis meses”), que começou a colaborar na *Senhor*, bem como “no jornal que, na época, mais se vendia no Brasil, que se chamava Última Hora” (Pedrosa, 1999 p. 56).

Da colaboração, na *Senhor*, em número novamente proibido de circular em Portugal⁷, poderá ter resultado o artigo “Anti-salazarismo lá e cá”, assinado por Basileu Távora Jr., cremos que um dos pseudónimos utilizados por Cardoso Pires neste contexto. Leia-se o respetivo preâmbulo:

Portugal está cada vez mais em foco, devido às Comemorações Henriquinas. Entre fogos e discursos artificiais, Salazar procura aparentar respeitabilidade. E estabilidade. A verdade é outra. Aqui, e do outro lado do Atlântico, o quadro é bem diverso do que o apresentado pela propaganda estado-novista e alguns prósperos comendadores. Uma longa permanência em Portugal e um estreito convívio com os emigrantes portugueses de diversas camadas sociais, permitiram apresentar a imagem aproximada da situação atual do salazarismo. E, se não divulgamos mais dados isso se explica. Não desejamos auxiliar a PIDE nem fornecer a ninguém o pasaporte para o Tarrafal⁸.

De regresso a Portugal⁹, Cardoso Pires voltou a integrar a equipa da *Almanaque*, nova fase que assinalou, como refere Sara Campino, uma reformulação de conteúdos “a partir do número duplo referente a dezembro de 1960–janeiro de 1961”, resultante da experiência na *Senhor* (Campino, 2018 p. 3). Essa tinha sido “decisiva”, segundo Cardoso Pires, “para finalmente pôr em prática o programa do *Almanaque*, que tinha sido tratado até então (...) de um modo bastante convencional”, acrescentando a mesma autora: “A responsabilidade coletiva pelos textos escritos sob anonimato, que se usou de um modo mais generalizado, embora não exclusivo, na primeira fase”, passou a ser complementada com a inclusão de “uma secção com a «Biografia dos Participantes» e a ampliação do número de peças escritas assinadas” (Campino, 2018, p. 3). Sublinhe-se que é precisamente nesta fase, ao longo dos últimos quatro números da revista, que se verifica uma incidência de temas e abordagens mais sensíveis perante o quadro político vigente na altura.

⁶ Segundo Rosa Duarte, “o cuidado foi ao ponto de o editor, Nahum Sirostki, nomear um redator especial para “abrasileirar” os textos de Cardoso Pires, de modo a polícia portuguesa não se aperceber desses artigos virulentos.” (Duarte, 2015 p. 45).

⁷ ANTT/SNI-DSC/14/2.

⁸ Távora, 1960.

⁹ Segundo Ana Cardoso Pires, filha do escritor, “o pai acabou por arriscar e voltar, porque ele achava que, se não vivesse em Portugal, não conseguiria escrever” (Duarte, 2015 p. 54).

Entre A Semana e a *Almanaque*: uma alteração inesperada

Foi a redação da *Almanaque* igualmente constituída por Luís de Sttau Monteiro (1926–1993), Alexandre O'Neill (1924–1986), Augusto Abelaira (1926-203), José Cutileiro (1934–2020), Vasco Pulido Valente (1941–2020), incluindo posteriormente outros colaboradores, como Armando Baptista-Bastos (1934–2017) e José Palla e Carmo (1923–1995). Para lá de Cardoso Pires, também este conjunto de personalidades revela até que ponto a revista assentou numa fórmula de tom marcadamente oposicionista, apesar de naturalmente contida na maioria dos conteúdos.

Contemporâneos da *Almanaque*, os romances de Sttau Monteiro *Um Homem não Chora* (1960) e *Angústia para o Jantar* (1961) tinham retratado impiedosamente a burguesia lisboeta e de forma indireta o regime. A publicação da sua primeira peça teatral, *Felizmente há luar!*, no mesmo ano, apesar de não censurada, constituiu por outro lado uma analogia óbvia, entre o julgamento e execução de Gomes Freire de Andrade e o sistema ditatorial português¹⁰.

O'Neill, tendo-se afastado, em 1951, do Grupo Surrealista de Lisboa, de que foi cofundador, tinha por sua vez publicado *No Reino da Dinamarca* (1958), sua primeira obra de consagração como poeta (eivada de crítica social), mantendo um empenhamento cívico e político que o levou a ser detido, segundo a PIDE em “manifestações subversivas de carácter comunista”¹¹.

Quanto a Abelaira, jornalista,¹² cuja estreia literária, *A Cidade das Flores*, foi também contemporânea da *Almanaque* (1959), tinha pretendido, no enredo desse romance, passado na Itália fascista, também estabelecer uma analogia com o regime português.

À data, jornalista, Baptista-Bastos tinha publicado *O Cinema na Polémica do Tempo* (1959), tendo sido expulso d'O *Século*, dada a sua implicação na Revolta da Sé, em 12 de março de 1959¹³.

À data, estudantes, respetivamente da Faculdade de Medicina de Lisboa (Cutileiro) e da Faculdade de Direito de Lisboa (Pulido Valente), constava o segundo como editor do jornal *Quadrante*, da respetiva Associação Académica¹⁴.

Quanto a Palla e Carmo, tinha já colaboração dispersa por algumas revistas literárias, assinando os seus textos como José Sesinando (os seus nomes próprios),

¹⁰ Como explica Luís Reis Torgal, quando Sttau Monteiro foi pela primeira vez detido (sendo, todavia ilibado), ignora-se se a publicação da peça, no ano anterior, teve nisso alguma influência, mas “o certo é que as suas relações de amizade terão pesado muito nas suspeitas que a PIDE teve do seu envolvimento na tentativa de revolta no Regimento de Infantaria n.º 3 de Beja, na noite de 31 de dezembro de 1961 para 1 de janeiro de 1962” (Torgal, 2018 p.198).

¹¹ ANTT/PIDE, SC, Registo Geral de Presos, liv. 108, registo n.º 21436. ANTT/PIDE, SC, PC, 160/53, UI 5093.

¹² À data no *Diário Popular*.

¹³ ANTT/PIDE, SC, SR 3067/56, NT 2784.

¹⁴ ANTT/SNI-DSC/9/376.

sendo também tradutor de autores anglo-saxónicos e irmão do arquiteto, escritor e fotógrafo Victor Palla¹⁵.

Para lá da equipa constituída, as circunstâncias que rodeiam o lançamento da *Almanaque* levantam algumas interrogações. Na pesquisa sobre o necessário processo de autorização, por parte da DSC, a documentação disponível revelou-se omissa, não constando nem do “Registo de pedidos para novas publicações desde 1-4-1955”¹⁶, nem da “Inscrição dos Registos de Imprensa”¹⁷.

No que diz respeito ao editor, o Grupo de Publicações Periódicas Lda., surgiram, contudo, alguns dados. Estes referem-se ao requerimento para a edição de um periódico intitulado *A Semana*, em 1958, a que se pretendia dar uma “feição inteiramente independente, quer sob o aspeto político, quer mesmo no seu objetivo de crítica a assuntos de interesse nacional e particularmente ao de temas literários, científicos e artísticos”, acrescentando-se: “Incluirá reportagens, entrevistas e estudos como igualmente informações de atualidade internacional”¹⁸. Verificam-se, contudo, discrepâncias entre aquilo que, mais tarde, referiu Cardoso Pires e os elementos colhidos nessa documentação (“o Grupo de Publicações Periódicas Lda. propõe-se, como proprietário, proceder à publicação de um jornal que terá como título «A Semana» (...), propondo-se como seu diretor o Sr. Dr. Joaquim Aires de Figueiredo Magalhães e editor o Sr. Marcelino Nunes Correia”):

O Figueiredo Magalhães (...) queria fazer uma revista de grande qualidade (...) com nome de que eu nunca gostei («A Semana»). Queria uma coisa semanal, com piada. Então eu fui fazer um estágio numa grande revista da altura, da Mondadori, a «Epoca», italiana. (...) Mas como era um gajo muito rico estava convencido de que a censura não existia. Quando apresenta a papelada para a revista semanal, aparece-lhe uma nega a dizer que a direção — que era eu — não lhe merecia confiança, que sugerisse outros nomes. E o Magalhães teve a dignidade de não sugerir nada, pelo que a revista acabou sem ter começado¹⁹.

¹⁵ Victor Palla foi autor, com Manuel Costa Martins, da obra em fascículos *Lisboa, Cidade Triste e Alegre*, contemporânea da *Almanaque*, com a qual teve diversos pontos em comum, a começar pela proximidade ideológica de alguns dos intervenientes e pela tão inovadora relação entre texto e imagem que ambas refletiram (Palla, 1959; Rodrigues, 2019, pp. 333, 338-341).

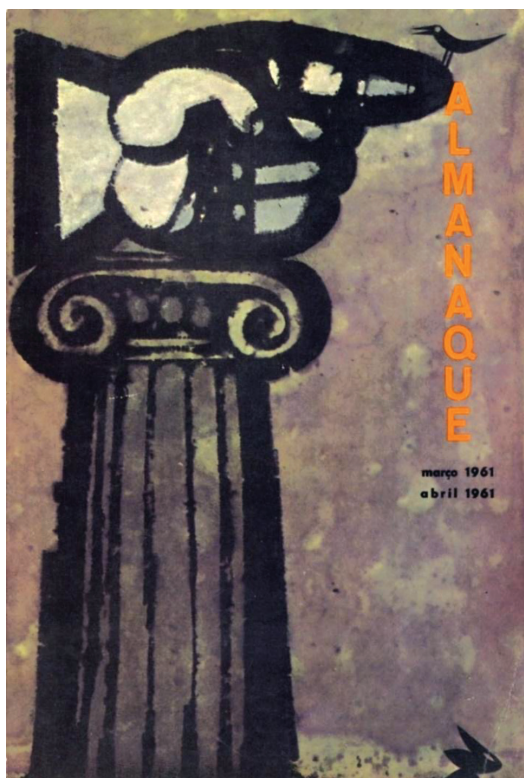
¹⁶ ANTT/SNI-DSC/37/1.

¹⁷ ANTT/SNI-DSC/9.

¹⁸ ANTT/SNI-DSC/22/641.

¹⁹ Pedrosa, 1999, pp. 43-44.

Figura 3



Fonte: *Almanaque*, março de 1960 – abril de 1961, capa
Créditos: João Abel Manta; Hemeroteca Municipal de Lisboa

Através da aquisição das quotas do historiador Luís Reis Santos (após a sua nomeação para diretor do Museu Machado de Castro), e de João Arouca (figura sobre a qual não obtivemos mais dados), Figueiredo Magalhães (1916–2008) tinha-se tornado coproprietário da Editora Ulisseia, em 1953, tendo como associadas a Empresa Tipográfica Casa Portuguesa e a Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca (negociantes de vinhos), representada pelo citado Nunes Correia²⁰.

Segundo Figueiredo Magalhães, *A Semana* foi proibida devido à PIDE ter interceptado um telegrama seu, para Cardoso Pires, que se encontrava a estagnar na citada *Epoca*, em Milão, com o objetivo de vir a coordenar a Redação do projetado semanário (Oliveira, 2007, p. 143; Cruz, 1972, p. 56). Referiam-se, nessa mensagem, instruções para entrevistar o líder comunista Władysław Gomułka, na Polónia, “onde tinha estalado uma revolta social” (Machaqueiro, 1999, p. 58). Tal terá conduzido à decisão superior, comunicada pelo dire-

²⁰ ANTT/SNI-DSC/10/43–54; ANTT/SNI-DSC/10/4–46.

tor da Censura, Armando Larcher, a Figueiredo Magalhães, que acrescentou: “Dado que já tínhamos redação e instalações, surgiu a ideia do *Almanaque* (...). Ficou combinado que não ia à Censura, eu responsabilizei-me perante a PIDE” (Oliveira, 2007, pp. 143–144). cremos, portanto, que a já referida inexistência, em arquivo, do despacho de autorização para a *Almanaque*, se tenha devido a esta prerrogativa excepcional.

Já ao mesmo proponente não tinha sido autorizada a publicação de uma *Gazeta de Artes e Letras*, em 1955, informação útil, dado evidenciar um relacionamento pessoal entre Figueiredo Magalhães e Jorge Felner da Costa (1916–1976), alto quadro do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (doravante SNI), no âmbito do qual também funcionava a DSC. Em suporte ao requerimento para essa publicação, àquela dirigido, este “dirigente da FNAT, da Emissora Nacional e administrador da TAP”, “chefe da Repartição de Turismo que sucedeu a José de Ataíde, entre 1950 e 1960” (Pina, 1988, p. 161), escreveu o seguinte – “Por me ser pedido, declaro que o Sr. Dr. Figueiredo Magalhães, que pessoalmente conheço, reúne as qualidades indispensáveis e possui inteira idoneidade moral para a direção duma empresa editora”²¹ – tendo-se, noutro ofício, porém, apontado: “O J. Felner, que apresentou o requerente, não conhece este sob o aspeto político”²².

É também de assinalar, neste contexto, que o fundador da *Almanaque*, editor “excepcionalmente culto (...), generoso, que pagava aos tradutores e tinha bons revisores” (Rolim, 2008), terá mantido “uma relação de grande cordialidade” com o citado coronel Armando Larcher, diretor da Censura entre 1944 e 1959 (Gomes, 2006, p. 151): “Eu estava muito bem colocado entre os jesuítas, a censura e os comunistas. A dada altura, entregava traduções a presos políticos em Peniche e em Caxias, justificando à censura que «sempre é preferível estarem a trabalhar do que a conspirar»”, acrescentando: “Assim as famílias sempre recebiam algum.” (Portas, 2008).

Por outro lado, se a dispensa de censura prévia também se terá adequado a algum critério oficioso, por parte da DSC, parte-se do pressuposto de que *Almanaque* foi classificada como publicação não periódica, à semelhança de outra revista cultural surgida quatro meses antes, *Tempo Presente*, de orientação neofascista, dirigida por Fernando Guedes (Matos, 2006 p. 47): “Foi autorizada a publicação da revista «Tempo Presente», nas condições requeridas, ficando dispensada de censura prévia e de quaisquer outras formalidades (...). Deverão ser enviados a esta Direção, dois exemplares da citada revista, por cada número que sair”²³. Contudo, a revista de poesia e crítica literária *Graal*, publicada entre 1956 e 1958, dirigida por António Manuel Couto Viana (que a seguir integrou o corpo redatorial da *Tempo Presente*), não deixou de ser sujeita a visto prévio logo de início²⁴.

²¹ ANTT/SNI-DSC/22/263; 03.12.1953.

²² ANTT/SNI-DSC/22/263; 22.02.1954.

²³ ANTT/SNI-DSC/24/142, 11.05.1959, 13.05.1959.

²⁴ ANTT/SNI-DSC/9/874; 17.10.1955.

Figura 4. Ilustração do artigo de Leitão de Barros
"Elogio ao elogio mútuo ou monumento ao lugar-comum"



Fonte: *Almanaque*, fevereiro de 1961, p. 10
Créditos: João Câmara Leme; Hemeroteca Municipal de Lisboa

Entre a inevitabilidade da censura e da autocensura

Servindo a censura, para Salazar, como “função natural de um regime de autoridade”, destinada a impedir a proliferação de “doutrina subversiva claramente habilitada” (Ferro, 1978, citado em Victorino, 2013, p. 136), como observou Daniel Pires, um dos métodos perfilhados, perante a “necessidade vital” de a iludir, decorreu do facto de só a imprensa periódica ser por ela obrigatoriamente visada. Deste modo, várias revistas foram “dadas à estampa em formato de livro ou autointitulando-se coletânea, antologia, caderno, fascículo, volume antológico, número único ou publicação não periódica” (Pires, 1999 p. 309). Questão, todavia em aberto, também pela ausên-

cia de disposições concretas na legislação aplicável²⁵, resta colocar a hipótese, do critério adotado, no caso da *Almanaque*, ter coincidido com o referido por Baptista-Bastos: “Uma publicação que tivesse mais de 120 páginas não ia à Censura, era um truque que arranjavamos” (Bastos citado em Rolim, 2008). No primeiro número, todavia, *Tempo Presente* e *Almanaque*, apresentaram respetivamente 112 e 176 páginas (a que acrescem 32 páginas do primeiro excerto de uma novela estrangeira, no caso da segunda).

Não deixa, porém, de ser marcante que, apesar da sua breve existência, *Almanaque* tenha conseguido publicar 18 números de crescente rebeldia contra o conservadorismo social e político subjacente à ditadura.

Apesar de não estar obrigada a censura prévia, *Almanaque* não deixou de enfrentar posteriores riscos de suspensão ou apreensão, mesmo tendo em conta a arbitrariedade de critérios da DSC, como referiu Arons de Carvalho: “A atuação dos censores, ainda que se pautasse pela lógica preventiva e repressora, foi sempre marcada por uma grande aleatoriedade, dada a grande imprecisão quanto aos limites de ação, o que permitia todo o tipo de discricionariedades” (Carvalho, 1999, p. 45). Não são de descartar as hipóteses da revista ter tido de cumprir a habitual imposição (já mencionada no caso da *Tempo Presente*), de depósito de dois exemplares por número, em sede da DSC, bem como de ter enfrentado a possibilidade de denúncias provenientes dos pontos de venda²⁶. Cite-se, a título de exemplo, como assinou Daniel Pires, o destaque dado à transcrição de um decreto da Comuna de Paris, em Março de 1960, que “passou incólume” (Pires, 1996, p. 41).

No intuito de se cotejarem referências à *Almanaque*, em periódicos contemporâneos do seu lançamento, foi empreendida uma pesquisa abarcando o último trimestre de 1959, em títulos como a *República* e o *Diário de Lisboa*, cujo perfil, não situacionista, mais daquela se poderiam aproximar. Idem, no que respeita a outras revistas culturais, ligadas à oposição e igualmente toleradas pela Censura, como a *Vértice* e a *Seara Nova*. Em qualquer dos casos, porém, nada apurámos nesse registo. Salvaguardadas as devidas distâncias, apesar dos critérios aleatórios da DSC, *Almanaque*, à parte a vertente satírica, não excedeu os níveis de contestação de periódicos submetidos a visto prévio, mas tolerados pelo regime no mesmo período, veja-se a citada *República*, como o caso mais emblemático, com chamadas de capa para valores professados por notórios oposicionistas.

Como neste contexto defende Álvaro Costa de Matos: “Dentro do regime, à direita e à esquerda”, havia “crítica política.” Feita, “com descrição, subtileza (...) de forma a contornar a ação da censura, mas crítica quer ao obscurantismo cultural do regime, quer às suas opções de política económica ou social, quer mesmo ao rumo político do Estado Novo” (Matos, 2006 p. 53). Daí este autor concluir — “O que movia a censura era, não tanto a crítica política ao poder político ou a doutrinação e propagação mesmo de ideários políticos diferentes, mas sobretudo a proteção das figuras, instituições e estratégias imediatas do regime”.

²⁵ Dec. 12 008, de 29.07.1926, art. 1.º, e Regulamento dos Serviços de Censura, de novembro de 1936, art. 1.º, par. 1 e 2; Carvalho, 1971, pp. 462 e 516.

²⁶ Circular dos Serviços de Censura de 21 de fevereiro de 1934; Azevedo, 1999, pp. 494–496.

Repare-se que o próprio sistema repressivo poderia estar ciente da relativa inoperância da maioria dos envolvidos, no caso da *Almanaque* – “Éramos todos anti-salazaristas. Éramos da oposição, mas não conspirávamos nada” (Cutileiro, 2018). Não deixa, porém, de surpreender, que apesar de nela ter prevalecido um plano generalizado de “elisão cirúrgica do Estado Novo”, pela “ausência de referências diretas ao próprio regime” (Rodrigues, 2019, p. 336), esta revista tenha sido tolerada pela Censura, inclusive nos casos em que não se coibiu de visar diretamente alguns dos pressupostos acima apontados:

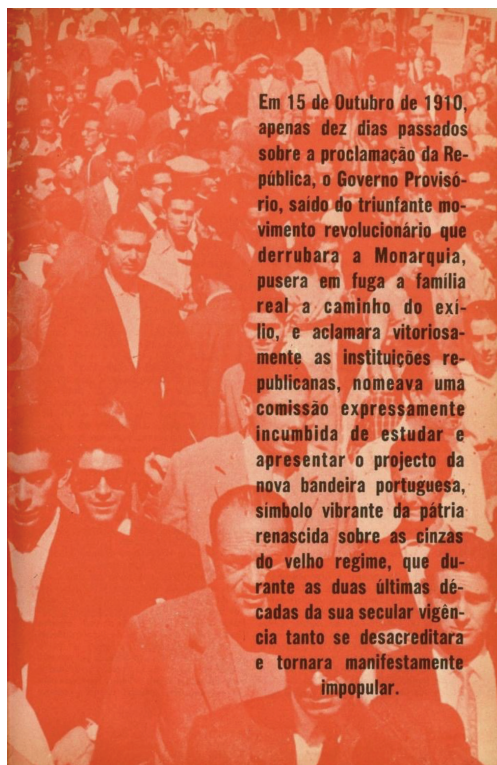
Assis Chateaubriand, esportíssimo embaixador do Brasil em Londres, almoçou um dia em Lisboa, rodeado de gente notável de todas as políticas, desde João Ameal, monárquico e integralista, até Nuno Simões, irredutível liberal (antes quebrar que torcer). Salazar, em evidência por um dos seus discursos-lições, andava na boca de todos, antes do melão gelado. Eis que Assis se levanta (esperava-se um lugar-comum brasileiro) (...), começa a falar (...), carregando nos ss da comunidade luso-brasileira de S. Paulo: «eu nunca acreditei em homens providenciais»... Fez-se uma pausa que paralisou cinquenta estômagos nacionalistas em plena digestão. Então Assis, continuou: «No que eu acredito é em povos providenciais...». Chateaubriand fugira ao lugar-comum – mas esse era esperto, e, como se sabe, brasileiro²⁷.

A sátira como pretexto de reflexão sobre uma sociedade em ditadura

Como antes referido, o *design* gráfico da *Almanaque*, notavelmente inovador, encontra-se hoje mais bem estudado no plano acadêmico (Almeida, 2009; Rodrigues, 2019). Destacam-se, neste contexto, as capas de Sebastião Rodrigues (ao longo de 16 números, ex. na Figura 1) e de João Abel Manta (nos últimos 2 números, ex. na Figura 3), bem como as demais ilustrações destes e de João Câmara Leme (ex. na Figura 4), Luís Filipe de Abreu, Pilo da Silva, Guilherme Casquilho, João Rodrigues e Paulo Guilherme d’Eça Leal. No plano fotográfico acrescentem-se os nomes de profissionais e amadores, como Eduardo Gageiro, Sena da Silva, João Martins, João Cutileiro, e o brasileiro Armando Rosário, também colaborador na *Senhor* (“Moça rica”, 1959, pp. 57–60). Este contexto foi igualmente estudado por Sofia Leal Rodrigues, quanto à forma como, na *Almanaque*, “a fotografia é utilizada e editada para criar uma dinâmica cinematográfica e a relação crítica que mantém com alguns estereótipos imagéticos do regime.” (Rodrigues, p. 328).

²⁷ Barros, 1961, p. 12.

Figura 5. Ilustração do artigo de Manuel Mendes, "A bandeira nacional"



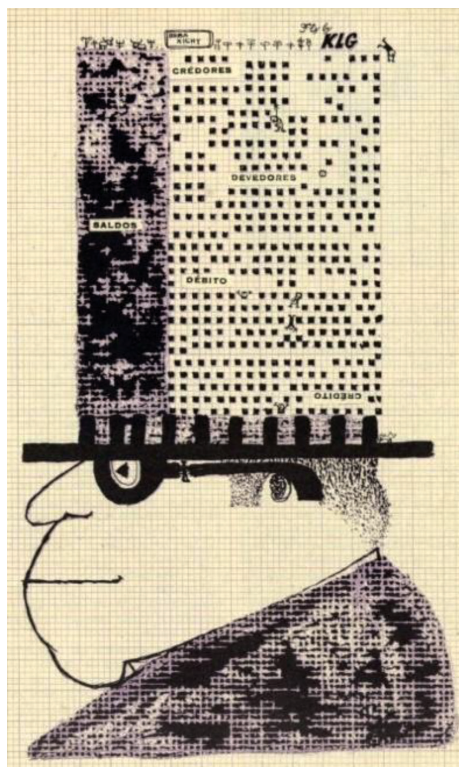
Fonte: *Almanaque*, outubro de 1960, p. 49
Créditos: Hemeroteca Municipal de Lisboa

Não obstante a sua irreverência, cremos que, sem paralelo ao nível de outros títulos da imprensa literária portuguesa de então, *Almanaque* caracterizou-se, igualmente, por ser uma revista em que o sentido da leitura era visto como um instrumento de desenvolvimento pessoal. Sobressai, neste contexto, a publicação de inéditos de escritores ligados à oposição republicana, ou ao neorrealismo, como Aquilino Ribeiro, Manuel Mendes, Vergílio Ferreira, Manuel da Fonseca, Carlos de Oliveira, ou Alves Redol, entre outros. Por outro lado, a par de novas abordagens científicas, sociológicas, artísticas, historiográficas, a revista não deixou de atender a questões fraturantes em face dos espartilhos impostos à liberdade de expressão pelo regime, designadamente pondo em causa interesses económicos instalados. Veja-se, em texto assinado pelo já referido arquiteto, fotógrafo e *designer* António Sena da Silva (1926–2001), sobre algumas edificações que começavam a alastrar nas periferias das cidades portuguesas (ex. na Figura 6):

As nossas cidades estúpidas, as nossas casas feias e o cenário medíocre da nossa vida de todos os dias, podem ser o resultado de um momento histórico com

determinantes técnicas e justificações económicas, mas são sobretudo aquilo que merecemos. (...) O prédio de rendimento é o elemento concreto mais importante no condicionamento do nosso modo de habitar. Essas imensas folhas de contabilidade construídas em cimento armado, ajanotadas com carinho para deleite dos capitalistas empreendedores, que – num mimo de ternura – entre os mármore sarapintados da entrada, lhes ferram com um comovente lustre de vidrinhos, constituem o único modo de alojamento ao alcance das classes relativamente favorecidas. (...) Avenidas, alamedas, ruas de todos os doutores, casinhas de um lado e de outro, todas direitinhas, muito bem alinhadas, com vista para o vizinho da frente²⁸.

Figura 6. Ilustração do artigo de António Sena da Silva, “A cidade que nós fizemos”



Fonte: *Almanaque*, julho de 1960, p. 137

Créditos: António Sena da Silva (?); Hemeroteca Municipal de Lisboa

Apresentando secções regulares, como se de um almanaque tradicional se tratasse (Pires, 1996, p. 40), em paralelo com a divulgação de temas como o cinema, o jazz, a ficção-científica, a arquitetura, o desporto, a condição feminina ou o compor-

²⁸ Silva, 1960 pp. 134, 138.

tamento da juventude perante uma sociedade em mutação acelerada²⁹, *Almanaque* não deixou também de aflorar outras questões, sensíveis perante o quadro político vigente, *vide* o fascismo, o colonialismo, o racismo, o macarthismo, refletindo algum desencanto geracional, muito próprio desses anos, mas não deixando de questionar a realidade sob um imperativo ético. Vejam-se os textos assinados pelo jornalista, mais tarde escritor, Mário Ventura (1936–2006), sob a designação “Autópsia das Profissões”, referidos por Sofia Rodrigues (Ventura, 1960b, pp. 71–78; Ventura, 1960c, pp. 102–109; Rodrigues, 2019, pp. 342–343), bem como outro artigo do mesmo autor:

A maioria esmagadora dos portugueses que trabalham não se desloca do local onde habitualmente reside e trabalha, para gozar as suas férias (...). Vejamos o que nos diz Emília D., funcionária de uma empresa manufatureira do Estado: — Estou empregada há dois anos, mas só terei férias quando completar cinco anos de casa... Como ela, existem muitas pessoas que têm de trabalhar ininterruptamente, durante vários anos, para conquistarem o direito a descansar. Outros, porém, sobretudo operários de determinadas empresas particulares, são despedidos no fim da «quarentena» que lhes é imposta e readmitidos um dia depois, na mesma situação do empregado que entra pela primeira vez na firma, e sem as regalias que tinham conquistado e passariam a gozar daí em diante (...). Naturalmente, o que entre os vinte e os trinta anos parece infame e incita à revolta, torna-se depois daquela idade um hábito resignado³⁰.

Almanaque assinala igualmente um período, para muitos, marcado pela desilusão relativamente ao que Humberto Delgado (1906–1965) tinha corporizado como alternativa democrática às eleições para a Presidência da República, em 1958, e por fatores conexos, como o clima de agitação nos meios católicos, *vide* a citada Revolta da Sé e a carta do Bispo do Porto a Salazar, em 13 de julho do ano seguinte. Mas, apesar das condicionantes legais e de uma autocensura necessariamente assumida — “A censura éramos nós que tínhamos que a fazer para não arriscar que nos apreendessem o *Almanaque*” (Cutileiro, 2018) — esta revista não deixou de desafiar a autoridade instituída, por vezes de forma especialmente agravada.

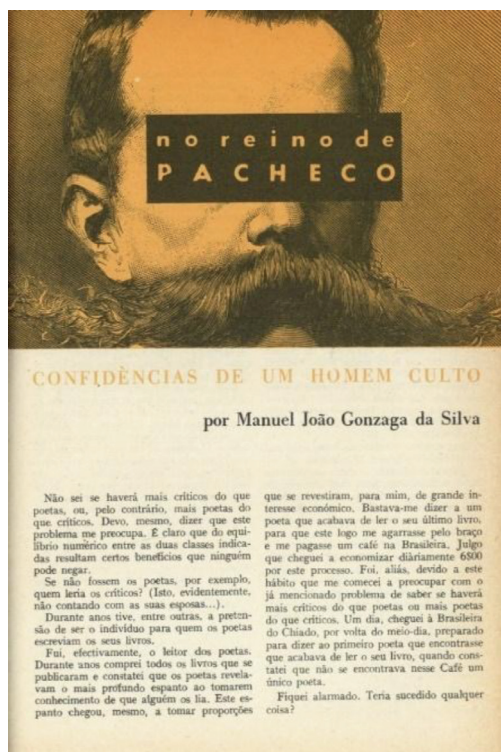
Através de um contagioso e por vezes desconcertante humor, recorrendo predominantemente ao sarcasmo, mas também a jogos de palavras e a sentidos figurados, refira-se que até a própria DSC chegou a ser diretamente visada na revista. Em texto assinado por Baptista-Bastos, a propósito de algum cinema português, pode ler-se: “A censura também entra no alibi. Cicia-se que é impossível superar a impermeabilidade dos escritórios da Calçada da Glória; que os burocratas lá com banca são rígidos e severos” (Bastos, 1960–61, p. 96). Mas atente-se, essencialmente, nas crónicas da secção intitulada “No Reino de Pacheco”, subtis metáforas do regime, das suas clientelas tradicionais e do seu *ethos* retrógrado e paroquial, em simbólica reminiscência queirosiana (ex. na Figura 7):

²⁹ De salientar, neste contexto, a dissertação de mestrado de Mariana Martins Ribeiro, leia-se no respetivo resumo: “Pretende-se tornar claro o destaque conferido pela *Almanaque* à crescente afirmação da juventude e às ruturas geracionais, à importância da música como fator de afirmação da cultura juvenil nos anos 60, bem como destacar o papel inovador que a revista deteve no processo de abertura ao exterior por alimentar e fomentar um imaginário além-fronteiras” (Ribeiro, 2018).

³⁰ Ventura, 1960a, pp. 100, 102–103.

Onde fica, afinal, o Reino de Pacheco? (...) O Reino de Pacheco é um jardim; (...) É habitado pelos Pachecos; (...) Os Pachecos são bons segundo dizem os Pachecos bons e, para se evitar que esta bondade seja corrompida pela vida moderna e pelo contacto com os não-Pachecos, vivem em regime de Pachecosidade vigiada; Os Pachecos têm horror ao vácuo, como se constata lendo os artigos de fundo dos seus jornais e ouvindo os discursos dos Pachecos bons; (...) A regra é esta: quanto mais Pacheco for um Pacheco, melhor Pacheco será esse Pacheco, ou numa outra versão: tudo pelos Pachecos nada contra os Pachecos; (...) Os Pachecos são doutores e, no seu Reino, os doutores são quase todos Pachecos; (...) A sua grande preocupação consiste na formação dum escol de Pachecos e, por isso revelam uma mentalidade escolar³¹.

Figura 7. Texto de Luís de Sttau Monteiro sob pseudónimo



Fonte: *Almanaque*, junho de 1960, p. 139
 Créditos: Hemeroteca Municipal de Lisboa

Segundo José Cutileiro, estas crónicas, inicialmente pensadas por O'Neill e por Sttau Monteiro, foram quase na totalidade redigidas por este (Cutileiro, 2018), tendo-se nalguns casos, extremado as insinuações implícitas. Tal se exemplifica em textos

³¹ "No Reino...", 1960, pp. 124–125.

Em tal registo, sabendo-se que alguns dos que ali escreviam já se encontravam referenciados pela polícia política, a maioria dos conteúdos da *Almanaque* permaneceu a coberto do anonimato. Mas também se recorreu à utilização de pseudónimos, caso de Sttau Monteiro, “ao inventar nomes como Manuel João Gonzaga da Silva, Teodoro Pacheco, Fernão Pacheco” (Machaqueiro, 1999, p. 60), ou de Baptista-Bastos, assinando como Manuel Trindade (Rodrigues, 2019, p. 344). Mas também se observam situações em que os articulistas, apesar das suas notórias conotações políticas, assumiram a sua própria identidade, caso, por exemplo, de Francisco Vieira de Almeida (1883–1962), que tinha sido o mandatário da candidatura de Delgado e posteriormente detido pela PIDE em duas ocasiões (Lemos, 2012, pp. 224, 232–233). No número da *Almanaque* dedicado ao tema “Repense”: “pensar já foi uma necessidade, passou depois a ser um luxo, hoje em dia é um dever” (Repense, 1960, p. 121), aquele apelou, recorrendo ao pensamento aristotélico, ao direito à “independência mental, que nenhum respeito deve limitar nem limita algum respeito inteligente” (Almeida, 1960, p. 139). E observe-se também uma abordagem análoga, em texto de “Abertura”, anónimo, quatro números adiante:

Em tempos de maior lisura que aqueles que infelizmente atravessamos é impossível que se tenha pregado tanto o respeito: o respeito pelos pais, o respeito pelos negros, o respeito pela soberania, o respeito pelas ideias alheias, o respeito enfim por nós próprios e pelos outros. Andamos todos como a heroína bem conhecida da peça de Sartre — respeitosos. O respeito é da parte de quem está na mó de cima uma fácil comodidade e, da parte de quem está na mó de baixo, uma disfarçada cobardia³³.

Recorde-se que também José Leitão de Barros (1896–1967), até aí um dos mais ecléticos artistas ao serviço da propaganda do Estado Novo, foi convidado para colaborar na *Almanaque*³⁴. Ali se referiu que aquele “cidadão sem estandar-te no nosso universo intelectual”, tinha com a “ajuda dos seus *Corvos*”, “esgravatado o município” (lisboeta), “as pelintricas e as ridicularias do real quotidiano” (“Aqui anunciamos...”, 1960, p. 2), referência às crónicas semanais que aquele publicava no *Diário de Notícias*, desde 1953. E no mesmo número, a par de um texto por si assinado — “A filigrana está para o português como a folha de amoreira para o bicho-de-seda. (...). Há filigranas legais cheias de requincofes retorcidos; há filigranas policiais, aduaneiras, camarárias (...), as nossas leis são cheias de pormenores, de curvazinhas, de meticulosidade” (Barros, 1960–1961 p. 44) — apareceu outro artigo, anónimo, talvez do seu punho também (ex. na Figura 9)³⁵.

³³ “Abertura”, 1960 p. 1.

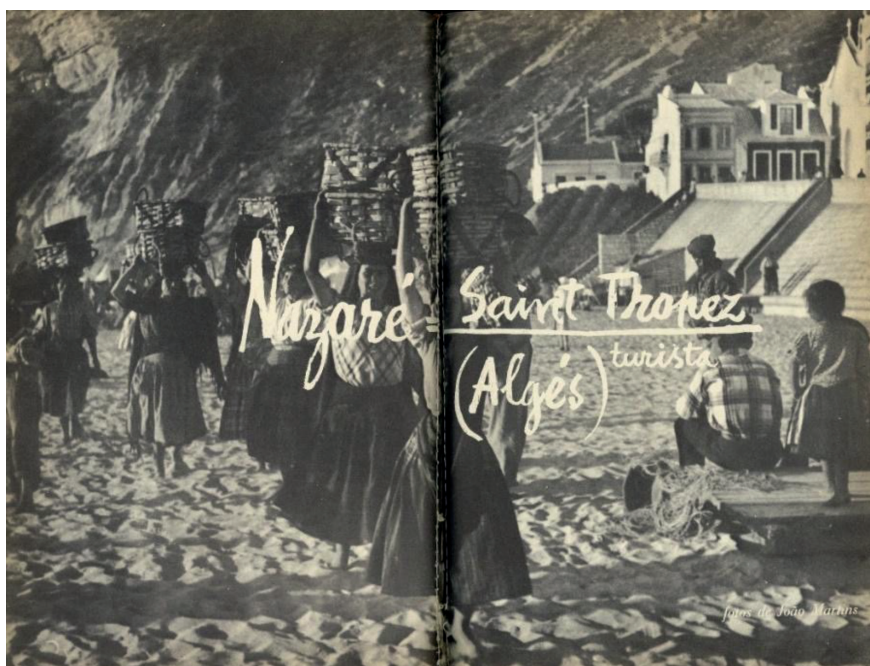
³⁴ “Esclarece-se que há muito mais anos e noutros órgãos de informação, Leitão de Barros tem posto a descoberto várias pachequices do Reino (evidentemente) de Pacheco, razão por que tão gentil e prontamente aceitou ao nosso convite — ele que tem os *Corvos* à sua conta e mil tarefas bem mais rendosas” (“Parece que...”, 1961, p. 2).

³⁵ Veja-se, em registo similar, nos referidos *Corvos*, a seguinte referência à Nazaré: “Pejada de pretensiosas e banais construções, vilipendiada a praia por propagandas comerciais, com tractores americanos a substituírem o espectáculo maravilhoso da saída dos barcos, sem os trajes regionais admiráveis — não há nada que não lhe tenham feito para inconscientemente a destruir” (Barros, 1964, V. I, p. 250, citado em Victorino, 2020 p. 97).

Nesse, entre outras ironias, punha-se em causa a genuinidade das tradições etnográficas da Nazaré, crítica, portanto, indireta ao que António Ferro (1895–1956) tinha anteriormente iniciado, através do SNI, numa lógica de pitoresco destinado à promoção turística:

Se considerarmos que a Nazaré é o nosso ponto turístico de folclore mais internacionalizado (...), o turista (...) quando vem à Nazaré para se enfiar de bizarras nacionais começa por enfiar um barrete, que já se não usa senão para ele ver, e por contar sete saias, que tradicionalmente eram três e passaram a ser sete por uma questão de simpatia numérica (...). Tudo tradição nova, História de agora³⁶.

Figura 9.



Fonte: *Almanaque*, dezembro de 1960 - janeiro de 1961, pp. 124-125
Créditos: João Martins; Hemeroteca Municipal de Lisboa

De forma mais ou menos velada, também nos dois números seguintes da revista se repetiram provocações à propaganda do SNI (no âmbito do qual, recordemos, funcionava a DSC): ora criticando-se a prática, iniciada por Ferro, de difusão, para consumo interno, de comentários internacionais favoráveis ao regime³⁷, ora num ar-

³⁶ "Nazaré...", 1960/1961, p. 129.

³⁷ "Os Pachecos não receiam nada. Ousam mesmo fazer o que nenhum país ousa: publicar as referências que a Imprensa estrangeira faz ao seu reino! Todas as referências? Não. (...). Bastam algumas, as necessárias, para que todos compreendam que os Pachecos encaram o

tigo sobre Amália Rodrigues, considerando-se a tradição do Fado “já *fané* pela propaganda do nosso departamento da dita”, e consequentemente em decadência devido à banalização turística:

Foi para aí há doze anos (...), durante deambulações marialvas por um Bairro Alto notívago (...). Espiámos, na mesa ao lado, um grupo selecto de cavalheiros e damas. (...) Num homem, rotundo e espesso, reconhecemos António Ferro, (...) outro era André Maurois. (...) A rapariga de cabelos imensos e negros não era, ainda, um lugar-comum da bisonha apoteose lusa, nem tinha sido crismada internacionalmente (...). Cortou os cabelos, desatou a falar línguas, a acamaradar com gente selecta. La «gauche respectueuse» está de permeio com «la droite melancolique». (...) Quando a Amália era bem melhor e cantava bem melhor. (...) As 33 rotações fizeram da rapariga (...) uma estopada do lugar-comum nacional³⁸.

Conclusões

Tendo em conta a intensa criatividade que a caracterizou e os subjacentes riscos que correu, expoente de modernidade, de cosmopolitismo e de rutura com os cânones até aí mais representativos no panorama das suas congéneres³⁹, *Almanaque* foi, acima de tudo, um espaço de liberdade”, como referiu Baptista-Bastos, de “uma irreverência sem freios, que impelia a *dribles* inesgotáveis para escapar às teias da Censura” (Bastos citado em Rolim, 2008), também “uma aventura fugaz, pela grandeza do objetivo.” (Bastos, 2005)

Desafio para novas incursões neste domínio, designadamente na relação contrastante com outras revistas culturais da época, também ligadas à oposição, teve este estudo o propósito essencial de recordar alguns dos intervenientes, contornos e irreverências editoriais da *Almanaque* e a sua enorme relevância para a História do jornalismo e do periodismo em Portugal. Apesar de, mais tarde, Cardoso Pires ter comentado: “Agora diz-se que essa revista era muito boa, porque as pessoas não a leram. Diziam que era uma revista elitista, pretensiosa. Era fina de mais, cara de mais. Aquilo acabou porque não tinha público” (Azevedo, 1999, p. 111), como observou José Bártolo, em síntese: “Os 18 números da *Almanaque*, no seu conjunto, formam um dos mais sedutores projetos editoriais portugueses, o último a nascer no contexto constrangedor do Estado Novo, o primeiro a enunciar, numa força talvez irrepetível, o novo *design* português” (Bártolo, 2015).

presente e o futuro cheios de confiança em si próprios. É quanto basta para desmascarar esses pseudocientistas que falam em complexos de inferioridade” (“No Reino...”, 1961, pp. 77–78).

³⁸ Trindade, 1961, pp. 27–28, 30.

³⁹ Veja-se neste contexto a observação de Rui Bebiano: “a vertigem da universalidade que transparecia das suas páginas — com uma profusão de temas e citações e uma ousadia gráfica que chegaram a ser tomadas como expressão de afetação intelectual — não se limitava pois a vagas intenções, espalhando-se por secções e artigos nos quais a aproximação a realidades e maneiras de estar no mundo muito diferentes daquelas que se podiam encontrar em Portugal era uma constante” (Bebiano, 2003, p. 121).

De um humor corrosivo, por vezes subversivo, também graficamente um objeto de arte, não se voltou a repetir algo de semelhante em Portugal, até ao 25 de Abril de 1974, à exceção do suplemento “A Mosca”, do *Diário de Lisboa*, já durante o marcelismo — e novamente através de responsáveis como Cardoso Pires e Sttau Monteiro: “Deixem «A Mosca» voar por toda a parte, passear nos vidros das janelas, incomodar as pessoas adormecidas, permitam, enfim, que «A Mosca» pouse nas calvas portuguesas e caia nas sopas domésticas. Até para que aconteça qualquer coisa” (“A Mosca...”, 1969). Mas, independentemente da breve abertura política, então verificada, não deixou o regime de manter a liberdade de expressão sob forte vigilância, apesar de pontuais cedências que nos permitem novamente inferir, como referiu Manuel Gama, que “as ditaduras querem saber não só onde estão e quem são os seus apoiantes e defensores, mas também quem são e o que pensam os seus adversários.” (Gama, 2009, p. 3).

Referências bibliográficas

- A revista *Senhor*: entre a ascensão e a derrocada do otimismo brasileiro, (2015, 6 de Outubro). *Blog da BBM*. <https://blog.bbm.usp.br/2015/respeitavel-publico-a-revista-senhor-nos-anos-de-ascensao-e-derrocada-do-otimismo-brasileiro/>
- Almanaque*. (1959, novembro). O snobismo ao alcance de todos. *Almanaque*, 104–109.
- Almanaque*. (1960, julho). Repense. *Almanaque*, 120–121.
- Almanaque*. (1960, agosto). No Reino de Pacheco. *Almanaque*, 124–125.
- Almanaque*. (1960, novembro). Abertura. *Almanaque*, 1.
- Almanaque*. (1960–61, dezembro–janeiro). Aqui anunciamos (...). *Almanaque*, 2.
- Almanaque*. (1960–61, dezembro–janeiro). Nazaré, Saint Tropez (Algés) turista. *Almanaque*, 124–135.
- Almanaque*. (1960–61, dezembro–janeiro). Quem não quer ser homem não lhe veste a pele: introdução à zoologia da farda. *Almanaque*, 50–55.
- Almanaque*. (1961, fevereiro). Parece que (...). *Almanaque*, 2.
- Almanaque*. (1961, março–abril). No Reino de Pacheco: o culto do ventre. *Almanaque*, 77–78.
- Almanaque*. (1961, maio). Le P(acheco) Respectueux, *Almanaque*, 92.
- Almeida, F. V. de (1960, julho). Nec temere nec timide. *Almanaque*, 139.
- Almeida, V. M. M. de (2009). *O Design em Portugal, um Tempo e um Modo: a institucionalização do Design Português entre 1959 e 1974* [Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/2485>
- ANTT-SNI-DSC — Arquivo Nacional Torre do Tombo, Secretariado Nacional da Informação, Direção dos Serviços de Censura.
- ANTT-PIDE-SC — Arquivo Nacional Torre do Tombo, Polícia Internacional de Defesa do Estado, Serviços Centrais.
- Azevedo, C. de (1999). *A Censura de Salazar e de Marcelo Caetano: imprensa, teatro, televisão, radiodifusão*. Caminho.
- Barros, L. de (1964). *Corvos*. Empresa Nacional de Publicidade.
- Barros, L. de (1960–61, dezembro–janeiro). O pior são as filigranas. *Almanaque*, 44–45.
- Barros, L. de. (1961, fevereiro). Elogio ao elogio mútuo ou monumento ao lugar-comum. *Almanaque*, 9–12.
- Bártolo, J. (2015, 25 de novembro). *A Almanaque e o novo design português*. *Público*.

- Bastos, A. B. (1960–61, dezembro–janeiro). Duarte: príncipe florentino de traça alcantarense. *Almanaque*, 94–99.
- Bastos, A. B. (2005, 21 de outubro). Memórias de Cutileiro. *Jornal de Negócios*.
- Bebiano, R. (2003). *O Poder da Imaginação. Juventude, Rebelião e Resistência nos Anos 60*. Angelus Novus.
- Campino, S. L. (2018). Almanaque (1959-1961). *Hemeroteca Digital*. <https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/Almanaque.pdf>
- Carvalho, A. de (1999). *A Censura à Imprensa na Época Marcelista*. Minerva.
- Carvalho, A. de & Cardoso, A. M. (1971). *Da liberdade de imprensa*. Meridiano.
- Cruz, L. (1972). *José Cardoso Pires: análise crítica e seleção de textos*. Arcádia.
- Cutileiro, J. (2018, 18 de Agosto). [Depoimento obtido pelo autor]. *Diário de Lisboa*. (1969, abril 12). A Mosca, magazine do Diário de Lisboa. *Diário de Lisboa*.
- Duarte, R. M. S. C. T. (2015). *O canto do Cisne no Retorno do Eu ao Ato da Escrita: Estudo Comparativo dos Testemunhos de José Cardoso Pires e de José Luis Sampedro* [Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas]. Repositório RUN. <http://hdl.handle.net/10362/15316>
- Ferro, A. (1978). *Salazar: o homem e a sua obra*. Edições do Templo.
- Gama, M. (2009). *Da censura à autocensura no Estado Novo*. Repositório UM. <https://core.ac.uk/download/pdf/55628745.pdf>
- Gomes, J. C. (2006). *Os Militares e a Censura: a censura à imprensa na ditadura militar e Estado Novo (1926–1945)*. Livros Horizonte.
- Portal da Literatura (2018, 21 de maio). José Cardoso Pires. *Portal da Literatura*. <https://www.portaldaliteratura.com/autores.php?autor=245>
- José Cardoso Pires: um integrado marginal (1925–1998), (2018, 8 de maio). *Arquivo Nacional Torre do Tombo Notícias* [Mostra documental]. <https://www.antt.dglab.gov.pt/jose-cardoso-pires-um-integrado-marginal-1925-1998/>
- Lemos, M. M., & Torgal, L. R. (Coords.).(2012). *Oposição e Eleições no Estado Novo*. Assembleia da República.
- Machaqueiro, R. (1999). Figueiredo Magalhães: o homem da Ulisseia. *Ler*, 44, 54–71.
- Matos, A. C. de (2006). Revistas Políticas no Estado Novo: uma primeira aproximação histórica ao problema. *Media & Jornalismo*, 9, 41–56.
- Mendes, M. (1960, outubro). A bandeira nacional. *Almanaque*, 48–53.
- Oliveira, M. A. (2007). *Alexandre O'Neill: uma biografia literária*. D. Quixote.
- Palla, V., & Martins, C. (1959; 2009). *Lisboa, Cidade Triste e Alegre*. Pierre Von Kleist Editions.
- Pedrosa, I. (1999). *José Cardoso Pires: Fotobiografia*. Publicações D. Quixote.
- Pina, P. (1988). *Portugal: o turismo no século XX*. Lucidus Publicações.
- Pires, D. (1996). *Dicionário da Imprensa Literária Portuguesa do Século XX (1900–1940)* (vol. II, pp. 39–44). Grifo.
- Pires, D. (1999). Jornais e Revistas Culturais. In A. Barreto & M. F. Mónica (Coords.), *Dicionário de História de Portugal* (vol. VIII, pp. 307–311). Figueirinhas.
- Portas, C. (2008, 3 de dezembro). O último livro da Ulisseia s.f.f. *Público*. <https://www.publico.pt/2008/12/03/culturaipsilon/noticia/o-ultimo-livro-da-ulisseia-sff-217736>
- Ribeiro, M. M. (2018). *Almanaque (1959–1961): Jornalismo e Cultura num País em Mudança* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras]. Repositório científico da UC. <http://hdl.handle.net/10316/82448>
- Rodrigues, S. L. (2019). *O Projecto Gráfico da Revista Almanaque: um olhar crítico sobre o mundo*.

- In S. F. & A. P. & R. L. S. (Org.), *Projectos Editoriais e Propaganda: imagens e contra-imagens no Estado Novo* (pp. 327–350). Imprensa de Ciências Sociais.
- Rolim, M. L. (2008, 26 de novembro). Joaquim Figueiredo Magalhães (1916–2008). *Expresso*. <https://expresso.pt/sociedade/joaquim-figueiredo-magalhaes-1916-2008=f463404>
- Sabino, F. (1959a, julho). Réquiem para o dono de Portugal. *Senhor*, (5), 19–22.
- Sabino, F. (1959b, agosto). Réquiem para o dono de Portugal. *Portugal Democrático*.
- Senhor*. (1959, novembro). Moça rica. *Senhor*, (9), 57–60.
- Senhor*. (1959, outubro). A infidelidade ao alcance de todos. *Senhor*, (8), 70–71.
- Sesinando, J. (2018). *Obra Perfeitamente Incompleta*. Tinta-da-China.
- Silva, A. S. da (1960, julho) A cidade que nós fizemos. *Almanaque*, 133–138.
- Silva, M. J. G. (pseudónimo de Luís de Sttau Monteiro), (1960, junho). No Reino de Pacheco: confidências de um homem culto. *Almanaque*, 139–142.
- Soeiro, E. (1964, junho). José Cardoso Pires: Prémio Camilo Castelo Branco de 1964. *Eva*.
- Távora Jr., B. (pseudónimo de José Cardoso Pires?), (1960, setembro). Anti-salazarismo lá e cá. *Senhor*, (9).
- Torgal, L. R. (2018). Felizmente há luar!, Luís de Sttau Monteiro, a Censura e a Polícia Política no Estado Novo. *Al-úlyá*, (20), 189–208.
- Trindade, M. (pseudónimo de Baptista-Bastos), (1961, fevereiro). Amália Rodrigues, 33 rotações do lugar-comum. *Almanaque*, 26–30.
- Ventura, M. (1960a, julho). As férias do português que trabalha. *Almanaque*, 98–108.
- Ventura, M. (1960b, outubro). Autópsia das Profissões 1: o médico. *Almanaque*, 71–78.
- Ventura, M. (1960c, novembro). Autópsia das Profissões 2: o pescador. *Almanaque*, 102–109.
- Vitorino, J. G. (2012). Propaganda e Controlo Mediático no Primeiro Salazarismo: a complementaridade de atuação entre o SPN e o aparelho censório. *Media & Jornalismo*, 23, 219–240.
- Vitorino, J. G. (2020). *Entre a Propaganda e a Realidade: as heterodoxias de Leitão de Barros em relação ao turismo*. In P. A. P. & C. C. & H. J. M. (Coords.), *Turismo, História, Património e Ideologia, Diálogos e Memórias* (pp. 93–105). Universidade Nova de Lisboa e Câmara Municipal de Cascais.

Nota biográfica

José Guilherme Freitas de Sousa Victorino é Professor Auxiliar na Universidade Autónoma de Lisboa. É investigador integrado no CEIS20.

ORCID ID: 0000-0002-7330-9995

Ciência Vitae: 9612-1234-3C92

Morada institucional: Universidade Autónoma de Lisboa, Rua de Santa Marta 47, 1169-293, Lisboa, Portugal Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, R. Augusto Filipe Simões 33, 3000-457, Coimbra, Portugal

How to cite:

Victorino, J. G. (2021). Almanaque (1959–1961): Entre a sátira e a crítica social no Portugal de Salazar. *Revista Media & Jornalismo*, 21(39), 77–99. https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_4

Submetido | Received: 2021.03.25

Aceite | Accepted: 2021.09.22

